



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 14 DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR NO DIA 20 DE JULHO DE 2016.

Aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 5/2016 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 5/2016; -----
2. Aprovação de minuta de contrato adicional ao Processo de Requalificação Urbana da Zona Centro Norte de Penamacor; -----
3. Abertura de Procedimento da Empreitada de Obras Públicas – “Execução de Infraestruturas da 1ª alteração ao Plano de Pormenor da Z.I.P.; -----
4. Proc. 03/2016 – PUD – Imóvel em Elevado Estado de Degradação, sito na Rua Dr. Augusto Falcão, 47 e 49 em Pedrógão de São Pedro; -----
5. Proc. 04/2016 – PUD – Imóvel em Elevado Estado de Degradação, sito na Rua 25 de Abril, 14 em Pedrógão de São Pedro; -----
6. Proc. 05/2016 – PUD – Imóvel em Elevado Estado de Degradação, sito na Travessa da Saudade, 12 em Pedrógão de São Pedro; -----
7. Proc. 06/2016 – PUD – Imóvel em Elevado Estado de Degradação, sito na Travessa da Saudade, 19 em Pedrógão de São Pedro; -----
8. Proc. 07/2016 – PUD – Imóvel em Elevado Estado de Degradação, sito Travessa da Saudade, em Pedrógão de São Pedro; -----
9. Parecer Prévio para Prestação de Serviços; -----
10. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

O Senhor Vereador Manuel Joaquim Ribeiro Robalo não compareceu à reunião, encontrando-se em gozo de férias. A falta foi considerada justificada. --
O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 8 de julho do ano de dois mil e dezasseis, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Vereador Pedro Folgado cumprimentou os presentes e começou a sua intervenção alertando para o recorrente atraso no envio da documentação relativa às reuniões de câmara. -----

Informou os presentes sobre o atraso na recolha de lixo na localidade de Pedrógão de São Pedro na semana anterior. Salientou a necessidade de uma recolha eficaz durante o período festivo. -----

No respeitante à reparação feita na Rua Tenente Manuel Morais em Pedrógão de São Pedro, disse não lhe parecer que a solução tenha sido a melhor, pois parte da rua não teve qualquer reparação e verificou que houve falhas na aplicação do alcatrão. -----

Por último, referiu-se à implementação de orçamento participativo no governo, recordando a proposta efetuada pela coligação para o município de Penamacor, a qual o senhor presidente da câmara se comprometeu a analisar. O orçamento continua sem ser debatido, mesmo nas reuniões de câmara. -----

Ref.^a _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

O Sr. Presidente António Soares disse não ter recebido nenhuma reclamação de recolha de lixo. Informou estar previsto um reforço da recolha durante o período das festas de verão no concelho. -----

No que respeita à reparação feita na Rua Tenente Manuel Morais em Pedrógão de São Pedro, disse tratar-se de uma intervenção de recurso, tapando apenas os buracos maiores. Deu conhecimento que após a aplicação do alcatrão, ocorreu uma trovoada danificando-o. -----

Acerca do orçamento participativo, disse ter tomado boa nota. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL N.º 5/2016 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO N.º 5/2016. -----

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 13 de julho de 2016, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores vereadores Vítor Gabriel e Pedro Folgado. -----

2 – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO ADICIONAL AO PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ZONA CENTRO NORTE DE PENAMACOR. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

“Por deliberação da Câmara Municipal de 8 de julho foi autorizada a celebração de adicional ao contrato da empreitada de “Requalificação Urbana da Zona Centro Norte de Penamacor”, adjudicada à sociedade António Lourenço, Lda. -- Foi ainda autorizada a realização da respetiva despesa, no valor de 55.220,77 Euros, acrescido de IVA. -----

Assim, tendo em conta o valor global da empreitada, a competência atribuída à Câmara Municipal pela alínea b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho para autorizar a respetiva despesa, e o disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, nos termos do qual a minuta do contrato está sujeita à aprovação da entidade com competência para a decisão de contratar, -----

PROPÕE-SE QUE SEJA DELIBERADO aprovar a minuta do contrato adicional à empreitada designada por “Requalificação Urbana da Zona Centro Norte de Penamacor”, anexa à presente proposta e cuja autorização para a celebração e realização da despesa foi já objeto de deliberação anterior, com vista à sua notificação à sociedade adjudicatária António Lourenço, Lda., uma vez que se mostram cumpridos todos os requisitos, designadamente a prestação de caução”. -----

A proposta foi aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores vereadores Vítor Gabriel e Pedro Folgado. A presente proposta foi aprovada em minuta, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

3 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO DA EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS – “EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DA 1ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA Z.I.P. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho em conjugação com a alínea f) do

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e a alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos atualizado, autorizar a abertura do Concurso Público para formação de contrato de empreitada “Execução de Infraestruturas da 1.ª Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Penamacor”. -----

O valor estimado da despesa é de € 186 904,79 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encargos esses que têm cabimento no orçamento do corrente ano sob as classificações: Orgânica 02, Económica 07010413 – Outros. A verba disponível este ano é de € 198 119,08 (cento e noventa e oito mil cento e dezanove euros e oito cêntimos). -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente propostas, que dela fazem parte, nomeadamente: Despacho, Informação n.º 170/DO-OP, de 18/jul./2016 e respetivo Documento de Cabimentação da Despesa. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

A abertura do procedimento com recurso a Concurso Público com vista a formação de contrato de empreitada; -----

Autorização para realização de despesa; -----

Aprovação do projeto, programa de concurso e caderno de encargos, conforme estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Nomeação do júri do procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º, do Código dos Contratos Públicos atualizado, designando os seguintes elementos: -----

Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão, que preside; -----

Maria Helena de Jesus Lopes, Técnica Superior; -----

Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----

Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão, 1.º Suplente; -----

José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior, 2.º Suplente; -----

Mais proponho que a deliberação seja aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. ----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

O senhor vereador Pedro Folgado solicitou a inclusão nos novos lotes de uma clausula de reversão, para não poderem ser usados para fins distintos daqueles a que se destinavam inicialmente e nos quais o município não teve qualquer possibilidade de reverter a atribuição. -----

O senhor presidente disse que essa questão está salvaguardada no regulamento. -----

4 – PROC. 03/2016 – PUD – IMÓVEL EM ELEVADO ESTADO DE DEGRADAÇÃO, SITO NA RUA DR. AUGUSTO FALCÃO, 47 E 49 EM PEDRÓGÃO DE SÃO PEDRO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em deliberação de Reunião de Câmara determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente auto de vistoria e informação n.º 163/DO-OP, de 11 de julho de 2016. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – A execução de obras de conservação, nomeadamente: -----

Limpeza dos entulhos no interior; -----

Retirar os vidros das janelas do 1.º piso; -----

Obstrução completa das portas por forma a impedir o acesso indiscriminado com os riscos inerentes para a saúde pública; -----

Consolidação do beirado; -----

2 – Notificação ao proprietário para realização das obras de conservação propostas; -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

3 - O prazo de execução dos trabalhos (propostos) seja de 60 (sessenta) dias a contar da receção da notificação ao proprietário para realização das obras de conservação; -----

4 – Notificação ao proprietário informando-o de que, nos termos da alínea s) do nº1 do art.º 98 do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal ou disciplinar, é punível com contraordenação, a não conclusão das obras determinadas no auto de vistoria no prazo fixado, e nos termos do nº 4 do mesmo artigo é sancionável “...com coima graduada de 500€ até ao máximo de 100 000€, no caso de pessoas singulares e de 1 500€ a 250 000€, no caso de pessoas coletivas”. -----

5 - Aprovação em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

5 – PROC. 04/2016 – PUD – IMÓVEL EM ELEVADO ESTADO DE DEGRADAÇÃO, SITO NA RUA 25 DE ABRIL, 14 EM PEDRÓGÃO DE SÃO PEDRO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em deliberação de Reunião de Câmara determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente auto de vistoria e informação n.º 165/DO-OP, de 13 de julho de 2016. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – A execução de obras de conservação, nomeadamente: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Limpeza dos entulhos; -----

Desmonte das paredes de alvenaria de pedra que apresentam sinais de poderem vir a sofrer nova derrocada; -----

Drenagem de águas pluviais; -----

Consolidação do restante topo dos aparelhos murarios existentes para que estes não venham a sofrer nova degradação; -----

2 – Notificação ao proprietário para realização das obras de conservação propostas; -----

3 - O prazo de execução dos trabalhos (propostos) seja de 60 (sessenta) dias a contar da receção da notificação ao proprietário para realização das obras de conservação. -----

4 – Notificação ao proprietário informando-o de que, nos termos da alínea s) do nº1 do art.º 98 do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal ou disciplinar, é punível com contraordenação, a não conclusão das obras determinadas no auto de vistoria no prazo fixado, e nos termos do nº 4 do mesmo artigo é sancionável "...com coima graduada de 500€ até ao máximo de 100 000€, no caso de pessoas singulares e de 1 500€ a 250 000€, no caso de pessoas coletivas". -----

5 - Aprovação em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

6 – PROC. 05/2016 – PUD – IMÓVEL EM ELEVADO ESTADO DE DEGRADAÇÃO, SITO NA TRAVESSA DA SAUDADE, 12 EM PEDRÓGÃO DE SÃO PEDRO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

"Compete à Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em deliberação de Reunião de Câmara



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente auto de vistoria e informação n.º 166/DO-OP, de 13 de julho de 2016. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – A execução de obras de conservação, nomeadamente: -----

Limpeza dos entulhos; -----

Desmonte das paredes de alvenaria de pedra que apresentam sinais de poderem vir a sofrer nova derrocada; -----

Drenagem de águas pluviais; -----

Consolidação do topo da fachada confinante com a Rua da Saudade; -----

2 – Notificação ao proprietário para realização das obras de conservação propostas; -----

3 - O prazo de execução dos trabalhos (propostos) seja de 60 (sessenta) dias a contar da receção da notificação ao proprietário para realização das obras de conservação; -----

4 – Notificação ao proprietário informando-o de que, nos termos da alínea s) do nº1 do art.º 98 do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal ou disciplinar, é punível com contraordenação, a não conclusão das obras determinadas no auto de vistoria no prazo fixado, e nos termos do nº 4 do mesmo artigo é sancionável "...com coima graduada de 500€ até ao máximo de 100 000€, no caso de pessoas singulares e de 1 500€ a 250 000€, no caso de pessoas coletivas". -----

5 - Aprovação em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

7 – PROC. 06/2016 – PUD – IMÓVEL EM ELEVADO ESTADO DE DEGRADAÇÃO, SITO NA TRAVESSA DA SAUDADE, 19 EM PEDRÓGÃO DE SÃO PEDRO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em deliberação de Reunião de Câmara determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente auto de vistoria e informação n.º 167/DO-OP, de 13 de julho de 2016. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – A execução de obras de conservação, nomeadamente: -----

Limpeza dos entulhos; -----

Consolidação da parede lateral para que esta não venha a sofrer derrocada; ---

2 – Notificação ao proprietário para realização das obras de conservação propostas; -----

3 - O prazo de execução dos trabalhos (propostos) seja de 60 (sessenta) dias a contar da receção da notificação ao proprietário para realização das obras de conservação; -----

4 – Notificação ao proprietário informando-o de que, nos termos da alínea s) do nº1 do art.º 98 do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal ou disciplinar, é punível com contraordenação, a não conclusão das obras determinadas no auto de vistoria no prazo fixado, e nos termos do nº 4 do mesmo artigo é sancionável “...com coima graduada de 500€ até ao máximo de 100 000€, no caso de pessoas singulares e de 1 500€ a 250 000€, no caso de pessoas coletivas”. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

5 - Aprovação em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

8 – PROC. 07/2016 – PUD – IMÓVEL EM ELEVADO ESTADO DE DEGRADAÇÃO, SITO NA TRAVESSA DA SAUDADE, EM PEDRÓGÃO DE SÃO PEDRO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em deliberação de Reunião de Câmara determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente auto de vistoria e informação n.º 168/DO-OP, de 13 de julho de 2016. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – A execução de obras de conservação, nomeadamente: -----

Limpeza dos entulhos; -----

Consolidação da parede lateral meeira com a casa contígua na Rua do Olival de Baixo, para que esta não venha sofrer degradação; -----

2 – Notificação ao proprietário para realização das obras de conservação propostas; -----

3 - O prazo de execução dos trabalhos (propostos) seja de 60 (sessenta) dias a contar da receção da notificação ao proprietário para realização das obras de conservação; -----

4 – Notificação ao proprietário informando-o de que, nos termos da alínea s) do nº1 do art.º 98 do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, sem

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

prejuízo da responsabilidade civil, criminal ou disciplinar, é punível com contraordenação, a não conclusão das obras determinadas no auto de vistoria no prazo fixado, e nos termos do nº 4 do mesmo artigo é sancionável "...com coima graduada de 500€ até ao máximo de 100 000€, no caso de pessoas singulares e de 1 500€ a 250 000€, no caso de pessoas coletivas". -----

5 - Aprovação em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

9 – PARECER PRÉVIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

"Resulta do disposto no nº 1 do artigo 6º da Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril e pela Lei nº 83/2013, de 28 de novembro, em conjugação com os nºs. 5 e 12 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, que a celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços depende de parecer prévio favorável do órgão Executivo, sob pena da nulidade do contrato. A necessidade de parecer prende-se com a verificação dos requisitos das alíneas do nº 6 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, conforme se conclui do nº 12 do mesmo dispositivo legal, e resulta do artigo 3º da Portaria nº 149/2015, de 26 de maio. -----

Deste modo, torna-se necessário obter prévio parecer favorável da Câmara Municipal para efeitos de decisão sobre a abertura de procedimento para aquisição de serviços, na modalidade de ajuste direto prevista no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, ao prestador de serviços SOLIDÂNCORA, para prestação de serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos no Concelho de Penamacor, a executar pelo prazo de seis meses. A despesa previsível é de € 42.300 euros, acrescidos de IVA à taxa em vigor. CPV adotado: 90500000-2 – Serviços relativos a Resíduos. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Para efeitos da obtenção de parecer favorável da Câmara Municipal, demonstra-se o cumprimento dos seguintes requisitos: -----

- Verificação de que, nos termos do nº 12 conjugado com a alínea a) do nº 6 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e com o artigo 32º, nº 2 e alínea a) do nº 1 da LTFP, se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual não existe capacidade interna, destinando-se a assegurar os correspondentes serviços enquanto decorre procedimento concursal de recrutamento destinado à constituição de vínculo de emprego público, e constitui uma tarefa especializada cuja permanência nas instalações depende dos horários definidos pelo prestador de serviços, sem sujeição à direção e disciplina dos serviços. -----

- Cumprimento da norma de redução remuneratória prevista no nº 2 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31.12, nos termos do nº 12 conjugado com a alínea c) do nº 6 do mesmo artigo e o nº 1 do artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro. -----

- Existência, conforme documento em anexo (doc. 1), de cabimento orçamental para a despesa, que não ultrapassará € 42.300,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a pagar em 6 prestações certas mensais, nos termos do nº 12 conjugado com a alínea b) do nº 6 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31.12.

- Demonstração pelo prestador de serviços de que tem regularizadas a situação fiscal e perante a segurança social (docs. 2 e 3), nos termos do nº 12 conjugado com a alínea a) do nº 6 do 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31.12 e o artigo 32º, nº 2 e alínea c) do nº 1 da LTFP, conforme se demonstra pelos documentos em anexo. -----

Assim, verificados os requisitos previstos no nº 12 conjugado com o nº 6 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, proponho: -----

Que seja deliberado emitir parecer prévio favorável à abertura de procedimento para aquisição de serviços ao prestador de serviços SOLIDÂNCORA, na modalidade de ajuste direto prevista no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, para prestação de serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos no Concelho de



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Penamacor, a executar pelo prazo de seis meses. A despesa previsível é de € €42.300,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. A presente proposta foi aprovada em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

10 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 6.982.044,56 euro e uma despesa também acumulada de 4.196.557,66 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e trinta minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares